

As contribuições de Heleieth Saffioti para os estudos de gênero na contemporaneidade

Vivian da Veiga Silva*

Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir as contribuições da socióloga brasileira Heleieth Saffioti (1934-2010) para os estudos de gênero na contemporaneidade. Teórica e militante feminista, consolidou-se como referência nos estudos sobre violência contra as mulheres. Suas reflexões permanecem atuais, nos fornecendo elementos para as discussões sobre violência contra os corpos femininos, a manutenção do conceito de patriarcado e os modelos de masculinidades na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Heleieth Saffioti, estudos de gênero; violência contra mulheres.

Abstract

This article aims to discuss the contributions of Brazilian sociologist Heleieth Saffioti (1934-2010) to contemporary gender studies. Theoretical and feminist militant, she has established herself as a reference in studies on violence against women. Her reflections remain current, providing us with elements for discussions about violence against female bodies, the maintenance of the concept of patriarchy and models of masculinities in Brazilian society.

Keywords: Heleieth Saffioti, gender studies, violence against women of abortion.

* Socióloga, doutoranda em História pela Universidade Federal da Grande Dourados, professora Assistente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus do Pantanal e coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (NEG/UFMS) - viviigasilva@gmail.com.

Introdução

Heleieth Saffioti (1934-2010) é considerada uma referência brasileira na área dos estudos de gênero, sobretudo na temática da violência contra as mulheres. Nascida na cidade de Ibirá/SP, passou a infância e parte da adolescência no interior de São Paulo. Formou-se em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e atuou como docente na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Saffioti iniciou seus estudos sobre a mulher na década de 1960 e sobre violência contra as mulheres na década de 1980, conciliando pesquisa acadêmica e militância. Desempenhou importante papel na formulação e na implementação de políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, além de ser autora de importantes livros na área dos estudos de gênero, como *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* (1976), *Violência de gênero – Poder e impotência* (1995) e *Gênero, patriarcado, violência* (2004).

De orientação marxista, Saffioti foi aluna do renomado sociólogo brasileiro Florestan Fernandes, buscando em suas obras e em sua militância empregar uma postura crítica, que permitisse descortinar as complexidades da realidade brasileira e dialogar com teóricos para além do marxismo, o que garantiu amplitude às suas reflexões. De Karl Marx a Max Weber, passando por Pierre Bourdieu, Félix Guatari, Judith Butler e Carl Jung, Saffioti não poupou esforços em estabelecer diálogos teóricos e conceituais, sempre em busca da compreensão do projeto de dominação-exploração dos corpos femininos e das múltiplas violências sofridas pelas mulheres.

Apesar de não ter acompanhado os acontecimentos da última década, suas reflexões permanecem atuais e contribuem para refletir sobre os desafios dos estudos de gênero na contemporaneidade. Nesse sentido, o objetivo central do presente artigo é elencar elementos presentes na obra de Saffioti que podem contribuir nas reflexões e nos debates atuais sobre a violência contra as mulheres, a validade da noção de patriarcado e a produção de masculinidades. Com isso, pretendemos

não somente prestar um tributo à docente, militante e teórica, como também reafirmar a importância e a atualidade de seu pensamento, que ainda dialoga vigorosamente com as discussões acadêmicas na área de gênero e com as problemáticas enfrentadas pelas mulheres brasileiras.

A violência contra as mulheres e o nó górdio da realidade brasileira

Saffioti consolidou-se como uma referência teórica na discussão sobre a violência contra as mulheres, nos fornecendo elementos importantes para os debates atuais. Infelizmente, esse é um aspecto da realidade brasileira que está longe de ser solucionado, visto que na atualidade observamos o assombroso aumento de casos de violência contra as mulheres, que nos inquieta tanto pela quantidade de registros quanto pela caracterização dos atos cometidos, como por exemplo utilização de ácido, incineração dos corpos, mutilação e atropelamentos.

Segundo Saffioti (1995, p. 46), esse tipo de violência “[...] ultrapassa, permanente e perigosamente, dois limites: o da capacidade imaginativa e o da contingência [...]”. Nesse sentido, compreendemos que as relações assimétricas de poder entre homens e mulheres sempre produzem novas formas de violência, empregando toda a capacidade imaginativa para forjar maneiras cruéis de punir e de dominar os corpos femininos.

Um primeiro aspecto a ser destacado é o entendimento que Saffioti tem acerca da categoria gênero. Para ela, consiste em uma gramática sexual, que regula as condutas femininas e masculinas e as respectivas relações sociais. Destaca também que gênero não regula apenas as relações entre homens e mulheres, mas também entre homens e entre mulheres. Portanto, essa categoria regula os papéis sociais que os indivíduos desempenharão em sociedade e como os mesmos estabelecerão as relações sociais.

Diante dessa definição, Saffioti (2001) elabora uma distinção com relação às tipificações de violência. De acordo com a autora, precisamos ser cuidadosos ao adotar esses termos, para não criar confusões

conceituais. Nesse sentido, apresenta a seguinte tipificação: violência de gênero como um fenômeno mais amplo, derivada das relações de poder entre homens e mulheres dentro da sociedade, podendo contemplar atos violentos entre homens-mulheres, mulheres-homens, homens-homens, mulheres-mulheres; violência contra as mulheres, que se direciona especificamente aos corpos femininos; violência doméstica, que ocorre dentro do espaço doméstico e é direcionada majoritariamente contra mulheres, crianças e adolescentes; violência intrafamiliar, cujo elemento central é a presença das relações de parentesco, seja por consanguinidade ou por afinidade. No presente artigo nos deteremos nas discussões de Saffioti acerca da violência contra as mulheres.

Dentro das relações de gênero, a violência funciona como uma estratégia de manifestação do poder masculino e de conformação/dominação das mulheres. De acordo com a autora,

[...] No exercício da função patriarcal, os homens detém o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência [...] (SAFFIOTI, 2001, p.115)

Com isso, alcançamos a compreensão de que a violência contra as mulheres é um fenômeno onipresente em todas as sociedades que operam de acordo com a lógica patriarcal, o que remete à maioria esmagadora das sociedades conhecidas². Considerando que as relações de gênero são construídas de maneira assimétrica, hierarquizando homens e mulheres³, a violência é um instrumento para a perpetuação das relações desiguais de poder. Para Saffioti,

O gênero constitui uma verdadeira gramática sexual, normatizando condutas masculinas e femininas. Concretamente, na vida cotidiana, são os homens, nesta ordem social androcêntrica, os que

² Para aprofundar essa discussão, ver SEGATO, Rita. La crítica de la colonialidad en ocho ensayos. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

³ Para aprofundar a discussão sobre gênero enquanto categoria analítica, ver SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n.02, p. 71-99, 1995.

fixam os limites da atuação das mulheres e determinam as regras do jogo pela sua disputa. Até mesmo as relações mulher-mulher são normatizadas pela falocracia. E a violência faz parte integrante da normatização, pois constitui importante componente do controle social. Nestes termos, a violência masculina contra a mulher inscreve-se nas vísceras da sociedade com supremacia masculina. Disto resulta uma maior facilidade de sua naturalização, outro processo violento, porque manietta a vítima e dissemina a legitimação social pela violência [...] (SAFFIOTI, 1995, p. 32)

Em nossas sociedades, homens e mulheres são socializados para enquadrarem-se e reproduzirem os papéis sociais impostos. Para a manutenção da ordem patriarcal, homens e mulheres devem atuar de acordo com os estereótipos imaginados.

[...] o estereótipo funciona como uma máscara. Os homens devem vestir a máscara do macho, da mesma forma que as mulheres devem vestir a máscara de submissas. O uso das máscaras significa a repressão de todos os desejos que caminham em outra direção. Não obstante, a sociedade atinge alto grau de êxito neste processo repressivo, que modela homens e mulheres para relações assimétricas, desiguais, de dominador e dominada. (SAFFIOTI, 1987, p.40)

Nessa perspectiva, para Saffioti, os indivíduos são produzidos de maneira a lidarem com a potência ou com a impotência, de acordo com o lugar que ocupam na hierarquia social.

O poder apresenta duas faces: a da potência e da impotência. As mulheres são socializadas para conviver com a impotência; os homens – sempre vinculados à força – são preparados para o exercício do poder. Convivem mal com a impotência. Acredita-se ser no momento da vivência da impotência que os homens praticam atos violentos, estabelecendo relações deste tipo [...] (SAFFIOTI, 2004, p. 84)

As masculinidades são construídas baseadas na supremacia masculina, pautadas na ideia de que os homens têm poder irrestrito sobre as mulheres, podendo determinar suas condutas, suas ações e seus pensamentos. Homens devem sempre ser potentes, demonstrando seu poder cotidianamente frente a seus pares, reforçando a supremacia masculina. Quando isso é colocado em xeque pela contestação e pela resistência feminina, recorre-se à violência como demonstração de força e como forma pedagógica de educar os corpos femininos.

[...] a sanção positiva da sociedade em relação à violência perpetrada pelo homem contra as categorias sociais mais frágeis – mulheres e crianças – ou, pelo menos, a complacência em direção a este fenômeno, tem permitido que sua agressividade se transforme frequentemente em agressão ou, em outras palavras, que sua

impotência se expresse por meio da violência. (SAFFIOTI, 1995, p. 44)

Com isso, Saffioti mais uma vez reafirma que a violência contra as mulheres é um fenômeno social, produto de uma sociedade que se organiza a partir de hierarquias e de desigualdades. As relações assimétricas de poder constroem homens que se pensam enquanto seres supremos e autorizados a utilizarem a violência e mulheres que se pensam enquanto seres frágeis, passíveis a sofrerem e a aceitarem a violência.

Nesse ponto, chegamos a uma interessante discussão da obra de Saffioti: qual o papel da mulher na ocorrência da violência? A autoria critica a perspectiva que pensa a mulher como cúmplice da violência que sofre:

A violência simbólica impregna corpo e alma das categorias sociais dominadas, fornecendo-lhes esquemas cognitivos conformes a esta hierarquia [...] Trata-se de fenômeno situado aquém da consciência, o que exclui a possibilidade de se pensar em cumplicidade feminina com homens no que tange ao recurso à violência para a realização do projeto masculino de dominação-exploração das mulheres. Como o poder masculino atravessa todas as relações sociais, transforma-se em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum. (SAFFIOTI, 2001, p. 119)

Homens e mulheres são socializados para agirem de determinada maneira. Embora sejam dotados de psique, transformando em subjetividades os valores sociais, a sociedade exerce sua força para moldar suas condutas. As relações assimétricas de poder colocam homens e mulheres em pontos diferentes dentro da hierarquia social. A violência é resultado das formas de socialização dentro da ordem patriarcal. Logo, não cabe às mulheres o papel de cúmplices.

Saffioti também elabora crítica à ideia de vítima, por indicar inércia ou ausência de reação por parte das mulheres:

Na posição vitimista não há espaço para se resignificarem as relações de poder. Isto revela um conceito rígido de gênero. Em outros termos, a postura vitimista é também essencialista social, uma vez que o gênero é o destino. Na concepção flexível aqui exposta não há lugar para qualquer essencialismo, seja biológico ou social. Cabe frisar que a categoria histórica gênero não constitui uma camisa de força, não prescrevendo, por conseguinte, um destino inexorável [...] (SAFFIOTI, 2001, p. 125)

Ainda sobre esse aspecto, a autora indica:

No caso específico da violência masculina contra a mulher, o agressor parte da premissa de que a mulher é tão somente o objeto de suas ações. A corrente vitimista do pensamento tende a pensar a mulher como vítima passiva. Entretanto, as evidências caminham no sentido oposto, embora as queixas registrem a “passividade” da mulher [...] Pode-se afirmar, com certeza, que, via de regra, os homens dispensam às mulheres um tratamento de não-sujeitos e, muitas vezes, as representações que as mulheres têm de si mesmas caminham nesta direção. Contudo, o mero fato de mulheres serem autoras de representações constitui uma tradução de seu caráter de sujeitos. Esta discussão, entretanto, não autoriza ninguém a concluir pela cumplicidade da mulher com o homem na violência de gênero. Dada a organização social de gênero, de acordo com a qual o homem tem poder praticamente de vida ou morte sobre a mulher (a impunidade de espancadores e homicidas revela isto) no plano de facto, a mulher, ao fim e ao cabo, é vítima, na medida em que desfruta de parcelas muito menores de poder para mudar a situação. (SAFFIOTI, 1997, p. 70)

Com isso, a autora reforça a ideia de violência como fenômeno social e produto de relações assimétricas de poder; como algo relacional, no qual duas subjetividades agem e reagem a partir de condições históricas, sociais e culturais, sem essencialismos ou determinismos. Embora a mulher seja vítima da violência, ela não é passiva (reage de alguma forma frente à violência sofrida) e também não é cúmplice (pois demandaria que ela ocupasse o mesmo patamar de poder do homem). Logo, ela apenas tem a possibilidade de consentir⁴, além de desenvolver estratégias para resistência.

Por fim, um elemento fundamental da obra de Saffioti no que se refere à violência contra as mulheres é a necessidade de pensar a interseccionalidade. Para a autora, embora o patriarcado seja um princípio estruturador da sociedade, ele não é o único. Também atuarão de maneira estruturante as noções de classe social e raça/etnia, constituindo-se em relações de poder, tal qual as relações de gênero. Com isso, ela indica a existência de um nó górdio na realidade brasileira: patriarcado-racismo-capitalismo, sistemas de dominação-exploração que atuam de maneira conjunta, formando uma simbiose entre eles.

[...] Não me agradam as categorias binárias, minha cabeça não funciona dessa maneira. Funciona como uma lógica contraditória, cuja existência descobri em 1985, quando também pensei no nó ou novelo, ou ainda, na simbiose, historicamente formada pelas contradições (pilares, antagonismos, eixos) fundantes da sociedade ocidental moderna. Esse tripé, na verdade existe em qualquer

⁴ Para aprofundar na discussão sobre consentimento, ver FRAISSE, Geneviève. Del consentimiento. Ciudad del México: UNAM, 2012.

sociedade atual, mas a prudência recomenda, pelo menos, uma limitação às sociedades ocidentais de hoje. (MENDES; BECKER, 2011, p. 159)

Nesse sentido, a autora nos chama a atenção para a expressividade de atos violentos contra mulheres pobres e mulheres negras. Não se trata de culpabilizar e estigmatizar grupos sociais a partir da violência, atribuindo-lhes de maneira determinista essas práticas, mas sim de compreender que as relações assimétricas de poder criam desigualdades, resultando em práticas violentas contra determinados grupos sociais. Portanto, o nó-górdio patriarcado-racismo-capitalismo opera na realidade brasileira de maneira a excluir do poder os corpos que não atendem a determinados requisitos (masculinidade, branquitude e recursos monetários), deixando-os à mercê de múltiplas violências, tanto por parte da sociedade quanto por parte do Estado. Nessa perspectiva, ser mulher, negra (ou não-branca) e pobre é uma tríade que impõe desafios, adversidades, desigualdades e violências.

Portanto, para compreender as múltiplas violências sofridas pelas mulheres dentro da realidade social brasileira é fundamental remetermos à categoria gênero (relações de poder desiguais entre homens e mulheres), à categoria de classe social (hierarquização entre pobres e ricos) e à categoria raça/etnia (hierarquização entre brancos e não-brancos). A simbiose entre esses três sistemas de dominação-exploração irá criar diferentes modelos de desigualdade entre as mulheres, resultando nos vários feminismos que buscam contemplar as demandas femininas a partir do entendimento da diversidade feminina.

Diante disso, percebemos que a superação da violência contra as mulheres é um projeto complexo, pois demanda uma mudança paradigmática e a superação das múltiplas formas de desigualdade, necessitando a instauração de um novo modelo societário. Somente a superação das práticas econômicas predatórias, do racismo que está entranhado no imaginário social e da ordem patriarcal que organiza as relações sociais, será possível alcançarmos uma vida sem violência para as mulheres. Nessa ótica, faz-se necessário refletirmos sobre a permanência do patriarcado dentro das sociedades na contemporaneidade e a necessidade de constituições de masculinidades que quebrem essa lógica.

A importância da noção de patriarcado

Saffioti figura entre as teóricas feministas que defendem a manutenção da noção de patriarcado nas análises feministas, pensando esse como uma ordem social que se baseia no poder de um homem, ou seja, a figura do patriarca. Na construção de sua argumentação, ela remete à Carole Pateman e à discussão sobre o contrato sexual, entendendo que esse antecede o contrato social e estabelece a ordem patriarcal:

[...] O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal [...] O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é sexual no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres –, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres [...] O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado; ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno. (PATEMAN, 1993, p. 16 -17)

Nesse sentido, para Pateman, abrir mão da noção de patriarcado significa perder o único conceito que:

[...] se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens. Se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito bem ser habilmente jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionais da análise política. (PATEMAN, 1993, p. 39).

A autora entende que o contrato sexual garante a associação fraterna entre os homens, criando uma organização social que domina e submete as mulheres. Dialogando com Pateman, Saffioti (2004, p. 56), nos alerta que: “[...] Colocar o nome da dominação masculina – patriarcado – na sombra significa operar segundo a ideologia patriarcal, que torna natural essa dominação-exploração [...]”. Para a autora, as práticas violentas contra as mulheres é resultado da ordem patriarcal que organiza e hierarquiza as relações de gênero, sendo, portanto, fundamental para a compreensão dessas práticas o reconhecimento do

patriarcado e de que ele instaura e naturaliza a dominação masculina e a subordinação feminina.

Portanto, para Saffioti, é fundamental a manutenção desse termo, pois:

- 1- não se trata de uma relação privada, mas civil;
- 2- dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição [...]
- 3 – configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade;
- 4- tem uma base material;
- 5- corporifica-se;
- 6- representa uma estrutura de poder baseado tanto na ideologia quanto na violência. (SAFFIOTI, 2004, p. 60)

Nominar e reconhecer a existência do patriarcado nos permite desvendar seus mecanismos de funcionamento, que se instaura nas práticas cotidianas de homens e mulheres na sociedade. No entanto, a autora nega o fatalismo e o engessamento dessa organização social, pensando a ideia de poder como algo que circula dentro da sociedade, em um amplo diálogo com Michel Foucault (1985).

[...] O fato de o patriarcado ser um pacto entre os homens não significa que a ele as mulheres não oponham resistência. Como já se patenteou, sempre que há relações de dominação-exploração, há resistência, há luta, há conflitos, que se expressam pela vingança, pela sabotagem, pelo boicote ou pela luta de classes. (SAFFIOTI, 2004, p. 130)

Diante do exposto, qual conceito deve-se usar: gênero ou patriarcado? Primeiramente, é importante traçarmos a discussão da autora no que se refere ao conceito de gênero:

Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparato semiótico (Lauretis, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (Scott, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (Flax, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher (Saffioti, 1992, 1997b; Saffioti e Almeida, 1995) etc. Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino. (SAFFIOTI, 2015, p. 47)

Com isso, a autora indica que gênero não se resume a uma categoria de análise e reconhece as diversas

abordagens possíveis dessa categoria. No entanto, ela também alerta sobre os riscos de que essa categoria oculte as demandas e as reflexões feministas, pois “[...] Tratar esta realidade em termos exclusivamente do conceito de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, ‘neutralizando’ a exploração-dominância masculina.” (SAFFIOTI, 2015, p.145).

Nessa perspectiva, Saffioti reconhece as possibilidades da categoria gênero, porém sugere que seu uso seja feito de maneira crítica:

Não se trata de abolir o uso do conceito de gênero, mas de eliminar sua utilização exclusiva. Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro [...] O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero, ao contrário, como vem explícito em seu nome, só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade, e deixando propositadamente explícito o vetor da dominação-exploração. Perde-se em extensão, porém se ganha em compreensão. Entra-se, assim, no reino da História [...] (SAFFIOTI, 2004, p. 139)

Portanto, a ideia seria utilizar essa categoria de maneira contextualizada, sem descola-lo de outras reflexões feministas, para que as especificidades das questões e das demandas das mulheres se percam. Portanto, manter a utilização da noção de patriarcado garantiria que as reflexões feministas permanecessem latentes dentro dos estudos de gênero.

Não se trata de defender a tese de que os estudos sobre mulher(es) devam ceder espaço, inteiramente, aos estudos de gênero. Há ainda muita necessidade dos primeiros, na medida em que a atuação das mulheres sempre foi pouquíssimo registrada e que, por via de consequência, a maior parte de sua história está por ser estudada [...] E é absolutamente imprescindível que esta trajetória seja descrita para que haja empoderamento, não de mulheres, mas da categoria social por elas constituída [...] (SAFFIOTI, 2015, p. 110)

Já em reflexões posteriores, a autora demonstra um incômodo mais acentuado com a utilização desse conceito:

Como isolar o conceito de gênero? Não se deve isolá-lo de seu contexto econômico, social e político. Aliás, eu utilizo cada vez menos esse conceito, porque gênero é um conceito a-político, a-histórico e bastante palatável. Tão palatável, que o Banco Mundial só financia projetos com recorte de gênero. Se fizermos referência à “ordem patriarcal de gênero”, os projetos, certamente, não serão contemplados com as verbas solicitadas. Mas o patriarcado está aí, presente em todas as relações humanas [...] As mulheres dizem que não, que é coisa de rinoceronte ou de dinossauro. Não se trata de todas, obviamente, mas creio que de sua maioria. Eu tenho muito

orgulho de ser um desses dinossauros. (MENDES; BECKER, 2011, p. 154)

Nessa controvérsia, é importante pensarmos que Saffioti não acompanhou os desdobramentos das discussões sobre gênero no contexto atual, sendo esse amplamente atacado e demonizado pelos setores conservadores da sociedade brasileira, sob a acusação de trazer em si aspectos ideológicos que desviam e deturpam a socialização de crianças e adolescentes. Não é objetivo desse artigo adentrar nessa polêmica, mas é fundamental apontar que, atualmente, o conceito de gênero está longe de ser considerado palatável. Também cabe destacar a proliferação de incursões teóricas que deram novas facetas a esse conceito, amenizando ou aprofundando as críticas expostas.

Remetendo ao que foi anteriormente exposto sobre violência contra as mulheres, consideramos fundamental a manutenção da noção de patriarcado, na medida em que nos auxilia a compreender a lógica que organiza as relações de gênero dentro da sociedade brasileira. Portanto, não se trata de optar pela utilização exclusiva de gênero ou de patriarcado, mas utilizá-los de maneira conjunta, como forma de potencializar as discussões e as reflexões.

Contribuições para pensar as masculinidades

Embora o cerne das discussões teóricas de Saffioti seja as mulheres e suas vivências dentro da sociedade, é válido destacarmos os elementos da obra da autora que remetem aos debates sobre masculinidades, sendo essas entendidas como as condutas e os papéis sociais que são exigidos dos homens, variando em cada sociedade, em cada cultura e em cada período histórico. Para a autora, as relações desiguais de gênero e os papéis sociais atribuídos são altamente prejudiciais para os homens também, na medida em que cria uma masculinidade desconectada de importantes elementos psíquicos e sociais. A ordem patriarcal que atua na organização da sociedade brasileira constrói um tipo de masculinidade altamente prejudicial para todos envolvidos nas relações sociais: a figura do macho.

O homem será considerado macho na medida em que for capaz de disfarçar, inibir, sufocar seus sentimentos. A educação de um verdadeiro macho inclui necessariamente a famosa ordem:

“Homem (com H maiúsculo) não chora”. [...] (SAFFIOTI, 1987, p. 25)

Nessa afirmação vemos como, de maneira geral, as masculinidades são construídas em nossa sociedade. Exige-se a todo o momento que os homens sejam essencialmente racionais, objetivos, imunes aos sentimentos, brutos e com desejos sexuais irrefreáveis. Aliado a isso, conforme indicado na discussão sobre violência, os homens são socializados sob o signo da potência. Dessa forma, a ideia de macho que se instaura no imaginário social brasileiro é uma figura altamente potente, que impõe seus desejos e suas vontades, provedor absoluto do lar, que não chora ou demonstra fraquezas e que mantém relações sexuais com todas as mulheres que desejar.

A ideia de potência atrelada às masculinidades constrói homens que não sabem lidar com a frustração e com o fracasso. O verdadeiro macho deve ser o chefe e provedor da casa, portanto não está preparado para lidar para as situações de desemprego ou de salário superior da companheira; também deve sempre estar apto para manter relações sexuais e não sabe lidar com a impotência ou a ausência de desejo; deve sempre resolver os conflitos de maneira violenta, criando situações perigosas. Dessa forma, é visível que a ideia de macho potente não é prejudicial apenas para as mulheres, mas para os próprios homens que desempenham esse modelo de masculinidade.

A partir da construção da figura do macho, Saffioti discute todos os prejuízos que essa ideia acarreta aos homens. O primeiro prejuízo que ela destaca é o empobrecimento da sexualidade masculina:

Lamentavelmente, inclusive para os próprios homens, a sexualidade masculina foi culturalmente genitalizada. Ou seja, o processo histórico conduziu o homem a concentrar sua sexualidade nos órgãos genitais. A maioria dos homens nem sequer sabe que seu corpo possui muitas outras zonas erógenas. Ignoram, portanto, que podem desfrutar de muito prazer através da manipulação de outras partes de seu corpo. Isto representa uma perda para eles, da qual é importante tomar consciência, a fim de poder combatê-la. (SAFFIOTI, 1987, p. 19)

A forma como a sexualidade masculina é forjada é altamente restritiva e insatisfatória, pois foca-se no prazer inteiramente genital, sem dedicar atenção a outros aspectos das práticas sexuais. Além disso, o desempenho sexual masculino é centrado na potência

perpétua e na quantidade de parceiras sexuais, criando um padrão que não prima pelo autoconhecimento e pela verdadeira satisfação. Dessa forma, a sexualidade da figura do macho é extremamente pobre, mecânica, restrita e insatisfatória, na medida que se constrói com centralidade no prazer genital e na busca por uma sexualidade predatória.

O segundo prejuízo que a figura do macho estabelece é a precarização das relações afetivas. A ordem patriarcal instaura relações assimétricas de poder entre homens e mulheres dentro de nossa sociedade; o homem é socializado para ser potente e a mulher para ser impotente, portanto, não é uma relação entre iguais. Para a autora, essa assimetria irá criar relações afetivas profundamente insatisfatórias, pois o homem vê a mulher como objeto e como ser inferior a ser subjugado, impossibilitando a troca e a reciprocidade. Em muitos casos, essa precarização irá desembocar em práticas violentas contra as mulheres.

Por fim, o terceiro prejuízo que Saffioti indica é o atrofiamento do desenvolvimento psíquico masculino.

Sempre, desde o início, nunca deixei de falar no homem, porque, se a sociedade castra mulheres, ela castra homens também, lógico! O saldo negativo é maior para a mulher, não tem dúvida nenhuma, mas o homem fica impedido de desenvolver sua sensibilidade, sua alma, e as mulheres são castradas em seu animus [...] (MENDES; BECKER, 2011, p. 161)

Nessa reflexão, a autora dialoga com o psicólogo Carl Jung (2008). Para ele, a psique humana é composta por determinados princípios, dentre eles, o animus (princípio masculino presente na psique feminina) e a anima (princípio feminino presente na psique masculina). A harmonização e a aceitação desses elementos garantem a saúde mental, assim como alcançar o que Jung denomina processo de individuação, que consiste na maturidade psíquica do indivíduo, o momento em que esse conhece a si mesmo completamente. É fundamental que todos os princípios sejam incorporados a nossa personalidade, para que não cause danos à nossa psique e para que não seja transformado em matéria negativa.

Ao remetermos à figura do macho, existe uma busca em reprimir incessantemente todas as características consideradas femininas (emoções, medos, impotências, fragilidades), visto que essas são socialmente

reprovadas. Dessa forma, os homens que adotam esse modelo de masculinidade são psicologicamente retraídos, sufocando sua alma. A consequência direta é a impossibilidade de que esses homens alcancem o processo de individuação e amadureçam psicologicamente, causando uma série de adoecimentos e insatisfações.

Com essas reflexões, Saffioti busca explicitar que a figura do macho enquanto um modelo de masculinidade não somente é prejudicial para as mulheres, na medida em que as expõe à subordinação e à violência, mas aos homens também, pois precarizam o exercício da sexualidade e as relações afetivas, além de causar um atrofiamento do desenvolvimento psíquico. A ideia do macho encarcera os homens em um modelo de masculinidade altamente tóxico e prejudicial, que causa prejuízos para si e para todos os indivíduos dentro de uma sociedade. Nesse sentido, as reflexões de Saffioti nos alerta sobre a necessidade de construção de outros modelos de masculinidades que fujam desses parâmetros, como forma de superação da ordem patriarcal dentro da sociedade e também para garantir o bem-estar de homens e mulheres.

Considerações Finais

Nesse momento é importante estabelecer as conexões entre os aspectos abordados no presente artigo e encaminhar para uma reflexão sobre a obra de Heleieth Saffioti. Devemos ter em mente que o patriarcado não foi superado e que sua lógica ainda determina a construção das relações de gênero dentro de nossa sociedade. Infelizmente, ainda vivemos uma organização social que hierarquiza as relações sociais entre homens e mulheres, que subalterniza os corpos femininos. Compreender a operacionalização da lógica patriarcal é compreender como as ocorrências de violências contra as mulheres são construídas. Porém, o patriarcado não age sozinho; no Brasil, ele está simbioticamente ligado ao racismo e ao capitalismo, aprofundando as desigualdades e as violências.

As masculinidades são construções sociais e na maioria das vezes operam na busca da manutenção da ordem patriarcal. Essa ordem social não é benéfica a ninguém, criando um cenário de desigualdades,

desequilíbrio e violências. É fundamental pensarmos novos modelos de masculinidades, mas não somente isso. É necessário construir um novo projeto societário, que supere as desigualdades. Esse é o caminho para o qual as discussões e reflexões de Saffioti nos levam.

Sem dúvidas, ela conseguiu unir de maneira exitosa teoria e prática, conciliando sua militância pelas pautas femininas à sua produção acadêmica como docente. Estabelecendo diálogos teóricos e conceituais, tecendo críticas e colocando o saber acadêmico à serviço das transformações sociais, Saffioti exerceu com maestria o ofício sociológico e deixou contribuições fundamentais para os estudos de gênero no Brasil.

Referências

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

JUNG, Carl G. Chegando ao inconsciente. In: JUNG, Carl G. (Org.). *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008, págs. 16-99.

MENDES, Juliana Cavilha; BECKER, Simone. Entrevista com Heleieth Saffioti. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 19, janeiro-abril/2011, p. 141-165.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth; ALMEIDA, Suely Souza de. *Violência de gênero – Poder e Impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. *Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade*. *Lutas Sociais*, São Paulo, n.2, 1997, p. 59-79.

_____. *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*. *Caderno Pagu*, Campinas, n.16, 2001, p. 115-136.

_____. *Gênero patriarcado violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.